

V ENCONTRO DE PESQUISADORES LATINO-AMERICANOS DE COOPERATIVISMO

V ENCUENTRO DE INVESTIGADORES LATINOAMERICANOS DE COOPERATIVISMO

MOVIMENTO COOPERATIVO, TRANSNACIONALIZAÇÃO
E IDENTIDADE COOPERATIVA NA AMÉRICA LATINA

MOVIMIENTO COOPERATIVO, TRANSNACIONALIZACIÓN E IDENTIDAD COOPERATIVA EN AMÉRICA LATINA

COMITÉ DE PESQUISA DA ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL



099 - COOPERATIVISMO: POSSIBILIDADES DE COMBATE À POBREZA NA ÁREA RURAL

O rol das cooperativas na luta contra a pobreza, pelo
comércio justo e pelo trabalho digno

Nildete Maria da Costa Ferreira.

nildete.ferreira@bol.com.br

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais - (Doutorado)*

Resumo

As transformações ocorridas nas últimas três décadas trouxeram mudanças significativas, em particular, no acesso ao emprego e aos bens e serviços. Pretendemos discutir que alternativas de atividades, na perspectiva de combate à pobreza, estão sendo construídas pelos setores populares no âmbito da economia solidária. Para tanto, faremos um levantamento das contribuições de alguns autores para compreender as possibilidades e perspectivas de construção de algumas organizações de produção associativa, na área rural, onde as relações sociais estão voltadas, primeiramente, para a sobrevivência e geração de renda, mas também, para uma ressignificação do trabalho não assalariado. Neste sentido, nos baseamos em pesquisas já realizadas em cooperativas agropecuárias, principalmente de países da América Latina, que apontam para o sucesso dessas experiências. Também entrevistamos integrantes de cooperativas ligadas à produção e comercialização, experiências desenvolvidas nos municípios de Apodi-RN e de Serra do Mel-RN, cujos cooperados são da agricultura familiar, buscando compreender em que sentido os vínculos mantidos com outras instituições, em especial, o Estado e o comércio justo, contribuem para o sucesso desses empreendimentos.

Palavras-chave: cooperativas, cooperativismo e agricultura familiar.

Abstract

The transformations occurred in the last three decades brought significant changes, particularly, in the access to the job and to the property and service. We intend to discuss that the alternatives of activity, in the perspective of fighting against the poverty, are being built by the popular sectors in the scope of the supportive economy. For that, we will do a hoist of the contributions of some authors to understand the possibilities and perspectives of construction of some organizations of associative output, in the rural area, where the social indicate at first to the survival and generation of yield, but also, to a ressignificacion of the non-salaried work. In this sense, we are based in researches that are already carried out in cooperative farming, mainly of countries of the Latin America, which shows the success of those experiences. We also interview members of cooperative linked to the production and the commercialization, experiences developed in Apodi-RN and Serra do Mel-RN, whose cooperated are of the family agriculture, seeking to understand in which sense the bonds maintained with other institutions, in special, the State and the called fair commerce, contribute for the success of those undertakings.

The transformations occurred in the last three decades brought significant changes, particularly, in the access to the job and to the property and service.

Key-words: cooperatives, cooperativism and Family agriculture.

Introdução

Falar das estratégias para enfrentar a pobreza, em particular no meio rural, nos leva a fazer uma breve referência sobre a concepção de pobreza e a sua ampliação a partir das transformações ocorridas no reordenamento do sistema econômico mundial. Orientamos-nos por uma concepção de pobreza no sentido mais amplo envolvendo as dimensões social, econômica, cultural, ambiental e também os fatores estruturais, definida a partir de algumas variáveis (renda, educação, emprego, participação etc) e os indicadores que determinem o mínimo necessário de bens para a reprodução do indivíduo ou do grupo familiar (SALAMA, 1999; ESTIVILL, 2006). Consideramos, portanto, a pobreza como resultado da lógica de acumulação do capital que, dentro de um novo reordenamento econômico, convencionado de mundialização, tem acentuado as desigualdades sociais, levando parcelas de populações à impossibilidade de ter acesso a emprego, a bens de consumo e serviços (culturais, sanitários, educativos, saúde, segurança etc) necessários a sua sobrevivência e sua reprodução.

Em se tratando especificamente do emprego, anteriormente estável fonte de renda e de possibilidade de consumo, ultimamente tornou-se uma questão crucial, com a ampliação da redução dos postos de ocupação, provocado tanto pelo desemprego tecnológico como o estrutural, na medida em que as empresas adotam novas tecnologias poupadoras da força de trabalho; ou ainda, para se adaptarem aos novos padrões de eficiência e eficácia, demitem, reduzem a massa de salários, individualiza a relação dos contratos de trabalho, instituindo assim, a precarização, o subemprego e disseminando o medo entre os trabalhadores.

Quanto às populações rurais, as mudanças ocorridas também trouxeram conseqüências para as atividades agropecuárias, gerando, por um lado a consolidação de complexos agroindustriais através da integração de capitais (agrário, comercial, financeiro e industrial) e da incorporação do progresso técnico e científico; e por outro lado, estimulando a exclusão de agricultores das suas atividades, gerando ainda impactos na estrutura fundiária, no uso da terra, nas relações sociais e de trabalho. As mudanças na produção agropecuária, baseada na tecnificação, quimificação e mecanização, voltada para a consolidação das cadeias produtivas e seus respectivos complexos agroindustriais, além de ter reduzido expressivamente a absorção de força de trabalho de algumas explorações no campo, diminuiu a possibilidade de uma maior integração dos agricultores familiares aos mercados, aumentando assim, a pobreza. Além disto, os investimentos, especialmente os de crédito agrícola, historicamente, são alocados prioritariamente para os grandes produtores de grãos e as grandes agroindústrias, visto que, nas cadeias produtivas as grandes empresas rurais são os “consumidores” de máquinas, equipamento e insumos das indústrias transnacionais, e ao mesmo tempo, “fornecedores” da indústria agroalimentar (RUA, 2006).

Advindas, também da modernização no campo, outra parcela desses agricultores, antes proprietários, meeiros ou moradores, ao serem expulsos de suas atividades, decorrentes, principalmente da expansão de grandes empreendimentos agropecuários e da concentração fundiária, vêm-se cada vez mais obrigados ao trabalho assalariado, separando-se dos seus próprios meios de produção. Passam a constituir-se numa reserva de força de trabalho precária, empregados de maneira intermitente nas grandes explorações e criações ligadas ao complexo agroindustrial (canavieiro, fruticultor, bovinocultor, leiteiro etc), ou ainda por empreitada ou em domicílios. Em alguns casos parte de sua sobrevivência é suprida pelas rendas não-monetárias, oriundas da solidariedade dos vizinhos e de familiares e dos salários provenientes da previdência social. Há ainda aqueles que em suas unidades produtivas continuam nas suas atividades ou criam outro como mecanismo de se adaptarem às demandas externas e se reproduzirem. Enfim, como contraponto à agricultura capitalista, persiste a agricultura com base no trabalho familiar, com ativos escassos (poucos recursos tecnológicos, ditos modernos; terra, água etc), mas que aos poucos se reinventa.

Neste contexto, para dá resposta aos impactos da chamada globalização, o local passa a ser visto, pelos governos, pelas agências multilaterais e pelo próprio órgão representativo dos agricultores, como uma possibilidade de construção do espaço da cidadania, a partir de forças econômicas e sociais locais e regionais (COELHO, 1996 *apud* SILVA E OLIVO, 1999), para se enfrentar as questões globais. Assim, as questões em torno do desemprego, da exclusão e da pobreza traz à tona outras formas de se produzir, comercializar, consumir e de se ter acesso ao crédito que possibilitem o engajamento das populações menos favorecidas. As formas e atividades econômicas que surgem, encaradas como resistência, como um novo modo de produção ou como forma de sobrevivência imediata, envolvem o ressurgimento de organizações coletivas formadas, especialmente, pelos trabalhadores desempregados e pelos agricultores familiares¹, na maioria fomentada por instituições governamentais. Ou seja, a busca pelo emprego tem estimulado a construção de experiências coletivas de trabalho, de produção e comercialização, no âmbito do que se denominou de economia solidária e popular², e estimulado o debate em torno do significado dessas experiências para o desenvolvimento local. Considerada como uma atividade econômica com possibilidades de redução da pobreza e gerar renda, essas experiências coletivas têm sido vista também, como uma forma de aprendizagem e de experiência política e de gestão, estimulando a cooperação, contribuindo para a redução do individualismo e da construção de novas formas de solidariedade entre os trabalhadores (TIRIBA, 2003; SINGER, 2003; PIRES, 2004; SANTOS e RODRIGUÉZ, 2002).

¹ Apesar de controverso, neste trabalho, o termo agricultura familiar é entendido como aquela família, que ao mesmo tempo é proprietária dos meios de produção e assume, no geral, o trabalho no estabelecimento produtivo, recorrendo à força de trabalho assalariada de forma ocasional ou em quantidade inferior à familiar (WANDERLEY, 1976; GUANZIROLI et al 2001).

² Ver Tiriba (2003); Singer (2002, 2003); Coraggio (2003); Quijano (2002); Santos e Rodriguez (2002); Razeto (2001) entre outros.

Além do significado das organizações econômicas e algumas das razões para o seu surgimento na área rural, tratamos, nesse texto, das condições que estão subjacentes ao seu sucesso, na perspectiva de melhorar as condições de vida da população e, por derivação, da redução da pobreza. Para tanto, baseamo-nos, principalmente, em autores latino-americanos, notadamente da Colômbia, México, Chile e Brasil. Por último, resumimos o que é considerado êxito nessas formas de organização coletiva, bem como seus efeitos indiretos no entorno. Para tanto, tomamos como dados empíricos as cooperativas de beneficiamento e comercialização localizadas no município de Apodí-RN e de Serra do Mel-RN. A partir disto, algumas questões de pesquisa são levantadas, entre elas: considerando prioritariamente a preocupação em garantir os meios favoráveis de sobrevivência de seus membros, como os agricultores familiares estão reagindo às mudanças? Que alternativas estão construindo para garantir sua reprodução imediata?

Saco sozinho não se põe em pé

Apesar dos limites históricos e conjunturais que lhes dificultam a sua reprodução, os agricultores familiares, notadamente do nordeste brasileiro, têm criado algumas experiências econômicas coletivas que lhes possibilitam um mínimo de sobrevivência e sua penetração mesma nos mercados. Ao não estarem enquadrados nas grandes cadeias produtivas agroalimentares, a tendência é criar mecanismos de agregar valor à sua produção através de dispositivos que lhes dêem maior possibilidade de se inserir nos mercados; reorganizam seus sistemas de produção, gestão e comercialização e constituem cooperativas e outras associações. Têm criado também, outros mecanismos e estratégias políticas organizando-se em movimentos na luta pela terra; pelo acesso ao crédito e assistência técnica demonstrando na prática, em estudo realizado pela FAO/IN CRA (1998), que onde existe maior organização política foi garantido um melhor acesso às políticas públicas sociais e produtivas e que a organização da produção e do trabalho assume importante papel para o desenvolvimento de agricultores em áreas de assentamentos.

As novas formas de cooperação criadas em um novo contexto histórico, estão muito mais voltadas para construção de uma estratégia de organização econômica, e menos com uma preocupação formal-jurídica. Diferentemente das empresas tipicamente capitalistas, essas organizações são constituídas, no sentido weberiano, a partir de determinados fins econômicos, mas também, relacionados a valores éticos e morais (WEBER, 1971). Algumas características podem ser ressaltadas, no sentido de lhes garantir uma maior autonomia. Os meios de produção e a força de trabalho pertencem aos trabalhadores; possuem uma dupla natureza: o mundo da solidariedade, focado na promoção das pessoas, oportunidade de trabalho, melhoria da qualidade de vida; e o da racionalidade econômica - que administra, controla e comercializa a produção, dentro de certos padrões que garantam a sua sobrevivência no mercado. Essas novas modalidades de ação coletiva

ganharam, nas últimas décadas, maior relevância e uma outra dinâmica, com base na solidariedade, igualdade, democracia e participação.

Na área rural, algumas experiências apontam para a viabilidade das alternativas coletivas, onde nas localidades são constituídas pequenas agroindustriais artesanais, com intuito de melhorar a produção, o beneficiamento de algumas atividades tradicionalmente desenvolvidas por elas (castanha de caju, do mel de abelha, doces artesanais, artesanato em palha etc) e a comercialização, mas também, como meio de se manter no campo, onde o trabalho, para a maioria, se confunde com o sentimento de pertença ao sistema familiar (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004).

A partir das atividades econômicas tradicionalmente desenvolvidas, geram-se outras ocupações ligadas ou não à agricultura aumentando a renda das famílias. Essas iniciativas direcionadas para a constituição de uma agroindústria, têm assumido na prática um formato de cooperativa ou de associação comunitária. Nesse caso, como estão se adaptando as mudanças globais? O surgimento dessas organizações coletivas pode influenciar as unidades familiares e tornar sua atividade fonte de renda e contribuir na redução da pobreza?

As mudanças que a agricultura familiar é obrigada a realizar para enfrentar as adversidades de um ambiente extremamente competitivo, adaptar-se a um novo contexto sócio-econômico e promover sua reprodução, remete para a forma de produzir e para sua vida social (WANDERLEY, 1996). Decorrentes de exigências globais envolvendo eficiência e competitividade da atividade econômica, a agricultura familiar adota novas tecnologias, novas formas de produção e de gestão, integrando-se com outros agentes econômicos, ou ainda, diversificando ou verticalizando suas atividades. Passa também, a intensificar ou exercer atividades em ocupações não-agrícolas, em especial a prestação de serviços, indústria de transformação, comércio, construção civil etc. Se na Antigüidade populações camponesas lançavam mão de atividades não agrícolas como estratégias de adaptação ou como forma de sobrevivência, hoje as populações rurais, no mesmo intuito de elaborar essas estratégias, continuam suas atividades não agrícolas, adaptando-as aos novos tempos (por exemplo, os potes de cerâmicas e os cestos de palha utilizados nas tarefas domésticas hoje são destinados ao comércio artesanal). A incorporação de novos processos produtivos às atividades tradicionalmente desenvolvidas por esses agricultores, quer seja resultado da exigência dos consumidores ou da legislação pertinente, tem também impulsionado outras atividades complementares. No caso da produção de mel de abelha, com o uso de colméias pré-fabricadas, alguns estudos têm evidenciado o estímulo às marcenarias as quais tem expandido suas atividades para a confecção de caixotes de madeira, além de portas (BRACERAS et al, 2004).

Estimulados pelas ações coletivas da chamada economia solidária, apoio de organizações não-governamentais e sindicatos, as cooperativas e associações têm se integrado aos mercados alternativos que valorizam o esforço de uma produção coletiva consumindo produtos diferenciados e oriundos da agricultura familiar, tais como os produtos artesanais e os orgânicos. Além do que, essas organizações coletivas possibilitam a redução

dos custos, melhoria na produtividade, na qualidade e na organização do trabalho (SORBILLE, 2000).

Na esfera pública os impactos dos movimentos dos agricultores - principalmente os representados pelo Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF) - e de suas organizações econômicas tem interferido na criação e na implementação de ações do Estado, reivindicando ou sendo referência para o encaminhamento de programas e de políticas públicas, como exemplo, seu papel na criação do Programa de Crédito para a Reforma Agrária (Procera), no Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar (Pronaf); na defesa de uma política agrícola que atenda as especificidades da agricultura familiar. As políticas públicas de proteção social e trabalho têm focado, principalmente, os chamados segmentos dinâmicos da economia, e por outro, incentivado algumas experiências coletivas de comunidades, com renda insuficiente, como alternativa do auto-emprego, através de programas como o Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (Proger Rural). Através de instituições públicas financeiras - Banco do Brasil (BB), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Caixa Econômica Federal (CEF), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – o Estado busca motivar as atividades econômicas locais como saída para o desemprego, fomentando também as iniciativas da denominada economia informal de maneira a integrar o *mercado popular com o circuito de acumulação que surge com a reestruturação econômica, estruturar políticas socioeconômicas regionais que integrem os circuitos produtivos agrários e urbanos {...}* (SILVA e OLIVO, 1999, p. 28-9).

Algumas particularidades

Ao tratar das organizações cooperativas, uma das perguntas geralmente feita é qual a diferença entre duas empresas bem sucedidas, uma cooperativa e a outra tipicamente capitalista. Começamos por colocar a dupla natureza das cooperativas, expressa na sua fundamentação filosófica e na própria legislação que regulamenta seu funcionamento. Existe, nas cooperativas, um componente social, pois é uma associação de pessoas cuja orientação está voltada para a sua promoção, a criação de oportunidades de trabalho e a melhoria da qualidade de vida dos seus membros, entre outros. O outro componente é o econômico, por ser uma empresa com uma proposta democrática e de participação, que administra, controla, comercializa a produção dos sócios e redistribui as sobras equitativamente. Seus membros são ao mesmo tempo proprietários e clientes, onde parte da propriedade é individual e parte é coletiva. Comparando as empresas tipicamente capitalistas com as organizações cooperativas, visualizadas no Quadro 1 seguinte, podemos relacionar algumas características e extrair elementos que, para a proposta desse texto, possibilitem apontar para a importância das cooperativas como dispositivo de organização dos agricultores familiares, bem como a possibilidade de inseri-los em mercados alternativos e que os capacitem para tornarem-se mais autônomos.

Diferenças entre organizações tipicamente capitalistas e as cooperativas

Indicadores / Organizações	Empresas capitalistas	Cooperativas
Formação do Capital	Por ações/propriedade familiar	Por cotas de participação
Tipo de Gestão	Centralização/controlado/hierarquia	Democrática/entendimento/participação
Valores e Objetivos	lucro	Garantir o trabalho e a sobrevivência
Pré-requisitos admissão	Capital	Interesse em comum/trabalho
Relação com o entorno	Interesse em resultados/êxito	Baseado em valores
Divisão do trabalho	Desempenho/maximização dos recursos/cálculo	Autonomia/entendimento

Quadro 1- Adaptado de Oliveira (1996).

Guevara (2003), em estudo sobre cooperativas de crédito e poupança, além de destacar o que condiciona o êxito, em relação a aspectos, digamos, sociais e simbólicos, acrescenta que os sócios “estabelecem uma relação de uso” com a cooperativa, visto que, estão identificados por interesses comuns e convertem as responsabilidades individuais em sociais, na medida em que se integram e intercooperam com outras organizações.

Algumas dessas particularidades, vistas na literatura, referem-se principalmente à dimensão econômica e social. Sorbille (2000) destaca o papel das cooperativas, no tocante ao ganho de competitividade, em quatro aspectos. Primeiro, na redução dos custos com a eliminação do custo-patrão (supervisão, fiscalização), dos custos fixos (diluído pelo número de sócios), variação na remuneração (flexibilização da força de trabalho), redução de acidentes, de desperdícios e do nível de abstinência no trabalho. Segundo, aumenta a produtividade, pois, na possibilidade de repartir as sobras, os trabalhadores tendem a produzir bens e serviços de forma mais eficiente. Neste item, Veiga e Fonseca (2002) destacam que a divisão do trabalho cooperativo, a racionalização do uso dos meios de produção e dos processos produtivos, acarreta um aumento de produtividade, bem como, uma escala de produção maior que a produzida individualmente.

Terceiro, na qualidade do produto e dos processos advindas da capacitação profissional dos trabalhadores com visão mais ampla da empresa. E quarto, na organização do trabalho, onde a estrutura organizacional mais flexível e participativa facilita o trabalhador conhecer todo o processo produtivo para poder melhor intervir.

Do ponto de vista da comercialização, as vantagens, para Veiga e Fonseca (2002), estão na possibilidade de conseguir crédito em condições e prazos melhores; vender a um preço melhor; eliminar os intermediários; permitir uma maior diversificação das atividades produtivas etc. Em relação à dimensão social, os laços afetivos e de solidariedades são fortalecidos; aumenta o poder de resistência do grupo; quebra do individualismo, da solidão social; aumenta a possibilidade do grupo influir em políticas governamentais, na participação social em outras organizações etc.

Tentando conceituar o êxito

Colocadas essas questões, não resta dúvida que as organizações coletivas populares assumem um papel importante em relação ao estado de pobreza e desemprego, muito mais se obtiverem êxito nas suas atividades econômicas. No entanto, entendemos que o êxito se refere, não somente, ao seu desempenho financeiro e econômico, mas incluindo suas conseqüências político-sociais e seus efeitos no desenvolvimento do entorno.

Ao estudar as cooperativas de poupança e crédito na área rural da Colômbia, por exemplo, Guevara (2003) vincula o êxito à inovação, embora considere que não possui um conceito acabado e elaborado para os dois termos. Baseado em outros autores, refere-se à inovação como eventos novos que vão ocorrer para solucionar problemas. A inovação, não se restringiria somente à tecnologia dura, mas também aos processos de gestão e ao impacto social da empresa no seu entorno. Assim, o êxito é visto como uma conseqüência e continuidade de uma ação inovadora. Mas também, a ampliação e sustentação de novos campos de atividades, relacionadas ou não diretamente com a atividade desenvolvida, refletindo em logros tanto de ordem financeira, mas também de ordem social e ambiental.

Finalmente, o êxito, para o autor, é definido através da capacidade da permanência das entidades no tempo; de influir na fixação dos preços e no desenho de contratos na região. Ainda, com Guevara (2003), destacamos que a ocorrência do êxito dependerá de algumas condições mínimas, explicitadas logo mais.

Já para Souza (2006), o êxito ocorre, primeiramente, num plano mais alto de abstração, ligado a princípios e valores. Nessa perspectiva a noção de êxito estaria, então, vinculada ao coletivo: a melhoria da qualidade de vida da maioria da população e a uma gestão democrática.

Algumas condições vinculadas ao êxito

A referência que alguns autores fazem aos determinantes que condicionam o êxito, de modo geral, está relacionada a questões econômicas que limitam a plena participação dos agricultores familiares, os fatores vinculados ao contexto (político, social etc) bem como as características das organizações e dos mercados mais apropriados para esse setor. Chamamos de determinantes às condições mínimas necessárias, sem as quais, dificilmente o êxito ocorreria.

Como uma condição, destacaremos as características próprias das organizações cooperativas que envolvem certos valores e uma ética econômica diferente da hegemônica; o reconhecimento das condições específicas em que se desenvolvem e o apoio de outras organizações coletivas, movimentos sociais, sindicatos e igrejas, unificados por uma proposta de mudança social. O apoio do Estado em programas de educação básica e de

capacitação técnica, assim como programas de crédito e financiamento específicos para o setor, é fundamental para alavancar e consolidar essas experiências. Que o grupo seja também autor e ator da proposta de mudança, e constitua em um elemento ativo no processo de desenvolvimento local ou territorial, ou mesmo na construção e na implementação de um projeto coletivo mais abrangente (SANTOS e RODRIGUÈZ, 2002; CHIRIBOGA, 2007; GUEVARA, 2003).

Outros determinantes do sucesso das cooperativas, são os elementos constitutivos das identidades culturais dos cooperados. Nesse sentido, alguns estudos de experiências coletivas mostram que as organizações econômicas, geralmente, adotam a mesma estrutura e mecanismos semelhantes de organização culturalmente praticados no âmbito das associações comunitárias, pois é a forma de organização que estes grupos conhecem e que passa a ser comumente praticada em quaisquer tipos de experiência conjunta, seja com fins econômicos ou não (MELO, 2005). Portanto, os pequenos grupos, cujas similitudes são fundamentadas em laços de parentesco, de amizade, alicerçados sobre valores e práticas construídos coletivamente, teriam uma vantagem para obterem êxito em suas organizações econômicas coletivas, resultando em um sentimento de pertencimento de seus membros a sua cooperativa. Ao mesmo tempo em que a proximidade social, gerada a partir dessas experiências, contribui para a recriação das relações e, conseqüentemente para reforçar a coesão social.

Chiriboga (2007) analisando 47 experiências coletivas de comercialização na América Latina, relaciona alguns condições vinculadas ao êxito, entre elas a existência de uma liderança da comunidade ou de pessoas que trabalhem com eles, com certa visão e compromisso de longo prazo, com certo carisma e com capacidade para levar adiante as ações requeridas, sem no entanto buscar ser recompensado.

Mais especificamente sobre os aspectos psicológicos que condicionam o êxito, Albuquerque, Mascareno e Maia (1999), canalizam a atenção para os indicadores que melhor apontem um forte comprometimento dos sócios, com base na defesa dos seus interesses profissionais. Assim, os resultados e os benefícios a serem obtidos pelos sócios, deveriam depender mais do trabalho realizado coletivamente do que o trabalho individual e de que a cooperativa deva ser percebida como espaço político e ideológico para alcançar determinados fins que sozinhos seria mais desgastante. Além da existência de uma coesão grupal, a partir do compartilhamento de metas, amparadas nos objetivos da cooperativa e no comprometimento dos cooperados para com ela, é necessário também, um investimento material ou um esforço despendido para que haja um comprometimento mais estável ao longo do tempo. Acrescentam ainda, os autores, a importância da legitimação do poder na cooperativa, relacionada ao sentimento de participação e comprometimento que o sócio se atribuiu, podendo ser reforçado ou não pela diretoria que o representa. Quanto mais sentir-se representado pela diretoria, mais confiança e comprometimento dos sócios com a cooperativa. Relacionado a este ponto, chamam a atenção para o tamanho da cooperativa, partindo do princípio de que, ao crescer exponencialmente o número de sócios, a diretoria tende a distanciar-se, surgindo dificuldades de comunicação e crescendo a probabilidade de conflitos.

Colocadas essas questões preliminares relacionadas às condições pré-existentes à constituição dessas organizações, elencaremos alguns fatores necessários para que, no cotidiano, o êxito dessas organizações coletivas seja efetivado.

Fatores vinculados ao êxito

Díaz, Martel e Rojas (2003), investigando cooperativas agropecuárias (comercialização, consumo e crédito) do México, concluem que os principais fatores de êxito estão relacionados prioritariamente com a educação cooperativa dos sócios e dos dirigentes. Nesse sentido, a capacitação dos agentes deverá ser na perspectiva de uma economia pautada em valores de solidariedade, responsabilidade, igualdade, bem como numa prática de gestão democrática e participativa. Uma gestão financeira e econômica eficiente, no que diz respeito à geração de reservas, inversões produtivas e incrementos de capital social; no uso produtivo e transparente dos fundos de previsão social; em dispor de uma instituição autônoma; na participação ativa em organismos de integração cooperativa; no compromisso com o seu entorno; e na consolidação dos laços de confiança e reciprocidade entre os sócios de diferentes cooperativas. Já o estudo realizado, pelos mesmos autores, em uma cooperativa cubana, coloca como fatores de êxito a existência de uma liderança carismática e tecnicamente competente; a existência e funcionamento sistemático de uma equipe de dirigentes que controlem as atividades desenvolvidas, bem como uma rede de base formada por cooperados que desenvolvam atividades análogas; dá prioridade a satisfação das necessidades materiais e simbólicas dos sócios.

Santos e Rodriguez (2002), referindo-se à experiência de Mondragòn, na Espanha, dizem que o bom desempenho das cooperativas desse complexo, está relacionado à descentralização das unidades produtivas e a colaboração entre cooperativas associadas em redes. Para os autores, a cooperativa deve integrar as suas atividades produtivas às atividades sociais, no cuidado às crianças e velhos, por exemplo; às atividades culturais, no tocante a educação e afirmação das tradições locais; e às políticas, na construção de processos democráticos participativos, incluindo a participação nas tomadas de decisões sobre os projetos que afetam e interessam à população em geral.

O papel da liderança em coordenar as ações de diversos agentes para produzir mudanças, tanto interna como externamente; uma gerência com capacidade de tomar decisões adequadas para gerar benefícios coletivos e em condições de enfrentar o planejamento da produção, o desenvolvimento comercial e a diminuição dos riscos; possuir uma contabilidade transparente, um controle interno, um sistema de contrato e uma informação simples e compreensível para os cooperados; a definição clara das funções na cooperativa; e o destino das sobras, são alguns fatores que estão vinculados ao êxito nas experiências analisadas por Chiriboga (2007).

Analisaremos, a seguir, duas experiências desenvolvidas por agricultores familiares do nordeste brasileiro, mais precisamente, nos

municípios de Apodí e Serra do Mel no estado do Rio Grande do Norte, fazendo uma conexão com a literatura aqui referenciada. Ressaltamos, assim, que são questões preliminares que estão sendo aprofundadas na nossa pesquisa em fase de desenvolvimento. Contudo, como se observa, esta análise preliminar aponta e reafirma, no fundamental, os estudos citados sobre o tema.

As experiências: Coopercaju e Coopapi

A Coopercaju – Além do peso econômico da castanha do caju para o desenvolvimento da Serra do Mel-RN, a Cooperativa dos Beneficiadores Artesanais de Castanha de Caju do Rio Grande do Norte (Coopercaju), tem sido uma referência dentre as experiências ligadas ao segmento da agricultura familiar no estado do Rio Grande do Norte. Fundada em 1989 e reconstituída em 1991, conta atualmente com 160 sócios organizados em 110 unidades de beneficiamento artesanal da castanha de caju. Embora tenha sido conseqüência, segundo Matos Filho (2002), de um projeto de assentamento *top-down*, implementado pelo Estado ditatorial, os vínculos dessa cooperativa com o movimento sindical e com a igreja católica foi fundamental para a sua consolidação. Posteriormente, as relações com a Associação de Apoio a Comunidades do Campo do Rio Grande do Norte (AACC), em parceria com a Alternative Trade Organizations (ATO's) da Suíça, colocou a COOPERCAJU no circuito internacional, fechando em 1991 contrato com os mercados ligados ao Comércio Justo Europeu (Itália e Suíça).

Em termos do produto destaca-se a classificação e seleção (tipo, cor e integridade), embalagem e comercialização da castanha de caju para o mercado interno e externo, tendo exportado em 2004, em torno de 36 mil quilos de amêndoas para a Suíça (MASCARENHA, 2007). O abastecimento da castanha de caju para a cooperativa é garantido pelos seus sócios, que na sua maioria (mais de 80%) estão na atividade há 15 anos, e pelas associações gestoras das mini-fábricas do município de Portalegre e das comunidades de Mirandas, em Caraúbas, e do Córrego, em Apodi, todas no RN (Governo... 2006). A introdução de inovação tecnológica, com a instalação das mini-fábricas familiares de beneficiamento, e a comercialização, realizada através da cooperativa, aumentou as receitas financeiras dos cooperados em 55% atingindo uma faixa entre 2 a 5 salários mínimos, para a maioria deles.

Os cooperados consideram ainda, que o sistema de beneficiamento em pequenas escala, realizado nas unidades familiares, é um fator de competitividade na medida em que atende as exigências dos mercados externos, no que diz respeito principalmente à melhoria da qualidade das amêndoas. Para eles a cooperativa teria que investir mais na informação sobre o mercado externo, como forma de aumentar a competitividade, o que indiretamente, aumentaria suas receitas.

Relações com outras instituições

Os vínculos com outras instituições são com a FETARN, MDA, SEBRAE. Alguns mais de caráter político e outros econômico-financeiros. Em 2006, foi instalada uma central de beneficiamento, com apoio de algumas instituições públicas participantes do Programa de Apoio à Cadeia Produtiva do Caju, da Fundação Banco do Brasil e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE-RN).

No entanto, nos parece que o vem garantindo a viabilidade econômica da cooperativa, embora com suas limitações e algumas dificuldades, é a ligação com o Comércio Justo que, segundo seus preceitos, propõe relações de longa duração, preço justo, pré-financiamento da produção e capacitação das organizações, entre outros. Nesse sentido, a capacitação do sócio ou do administrador da cooperativa está ligada diretamente ao resultado comercial quer se quer obter, ou seja, garantir a exportação para o chamado Comércio Justo envolvendo os países do Norte e do Sul. Nota-se, portanto, que os princípios sociais e ambientais que orientam e que são pré-requisitos para transacionar com os países que adotam o comércio justo, são no geral seguidos pelos produtores. Ou seja, algumas exigências como a eliminação do trabalho infantil e o cultivo agroecológico estão sendo cumpridos. No entanto, há que ressaltar que a especialização advinda dos contratos com o comércio justo, cujos incentivos estão focados em atividades monoculturais é, segundo Mascarenhas (2007), um fator de risco para a produção familiar, visto que, é na diversificação das atividades que os grupos menos capitalizados tendem a garantir uma renda maior em relação à especialização, que requer maior inversão em insumos, capacitação técnica etc.

Efeitos da atuação da COOPERCAJU no local

Considerando o aumento das receitas dos produtores, isso significa dizer que a cooperativa tem papel importante nesse processo visto que, garante a comercialização da produção, com preço justo e com adiantamento de 50% do valor transacionado, além de eliminar os atravessadores de "plantão". O que vemos em Serra do Mel, são residências equipadas com eletrodomésticos mais usuais (som, máquina de lavar, geladeira etc). Porém, não esqueçamos que as atividades não-agrícolas, como a de pedreiro, é um recurso usualmente praticado pelos produtores em períodos de entressafra.

Em relação aos efeitos não econômicos, Pires (2005, p.174), estudando a Coopercaju, ressalta que o êxito ou não da cooperativa depende da capacidade de articulação com os sócios, sobre o resgate da importância da ação coletiva, concretizada na cooperativa, e com os agentes externos na formulação de um projeto coletivo que se deseja construir. Além disto, refere-se a importância do aprendizado do grupo, decorrentes das exigências do mercado externo, quando adotam os valores do comércio justo e solidário e quando há uma maior agregação das famílias em torno da cooperativa.

A COOPAPI - A experiência da Cooperativa Potiguar de Apicultura - COOPAPI – dos produtores de mel de Apodí-RN, criada em abril de 2004, nos dá indicadores de que está se constituindo numa experiência exitosa. Formada a partir de algumas pequenas associações de meleiros integrantes da agricultura familiar que atuavam desde 1996, ela vem garantindo a comercialização do mel de abelha, antes realizado em feiras livres, para o mercado local e nacional. Com o objetivo de beneficiar o mel dos produtores locais, foi ampliando seu campo de ação e atualmente conta com 160 cooperados e 16 associações. Além de comercializar o mel, a cooperativa passou também a intermediar a venda de outros produtos, como o arroz vermelho, a castanha e o feijão, todos produzidos por agricultores familiares sócios da cooperativa.

Relação com outras instituições

Para garantir o início das atividades e a compra do mel produzido pelos sócios, foi realizado um contrato com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB-RN), que através do Programa de Aquisição de Alimento (PAA)³ fez um adiantamento em dinheiro que poderia ser pago em produto. Assim, foram asseguradas 30% da comercialização do mel destinado à merenda escolar das escolas públicas municipais, creches, hospitais públicos e entidades filantrópicas, atendendo uma média de 55 mil pessoas. Os 70% da produção são destinados à venda para uma empresa que exporta para a Alemanha e Estados Unidos. Mais recentemente a cooperativa está fechando convênio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). Tal projeto, tem como finalidade assessorar outras organizações coletivas de agricultores familiares na comercialização dos seus produtos.

Mais diretamente com o governo do Rio Grande do Norte, a cooperativa mantém um contrato de comodato com direito a instalar seus equipamentos em um antigo prédio, onde funcionou uma empresa estatal, o que segundo a presidente, facilitou em muito o funcionamento da cooperativa, tanto no que diz respeito à parte administrativa, mas principalmente, a operacional (beneficiamento, armazenagem e estocagem). Ainda, recebe assistência técnica, embora esporádica, do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (EMATER). Pode-se dizer que os programas governamentais voltados para o desenvolvimento da cadeia produtiva do mel de abelha e da castanha do caju têm apoiado essas organizações coletivas, como parte do programa de redução da pobreza. Nesse sentido, há que destacar o valor agregado que adicionam ao produto inatura ao beneficiar, embalar e comercializar, através da cooperativa, um volume maior e

³ O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é um programa governamental que tem como objetivo garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar. O Programa adquire alimentos, com isenção de licitação, por preços de referência que não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais, até o limite de R\$ 3.500,00 ao ano por agricultor familiar que se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, exceto na modalidade Incentivo à Produção e Consumo do Leite, cujo limite é semestral (Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: www.mds.gov.br).

respeitando os prazos requeridos. Vale ressaltar, também, que a redução dos custos de transações, quando comercializam diretamente com o mercado institucional, através de contrato com a CONAB, também se constitui em um fator importante no aumento da renda.

Outras relações com instituições de apoio à gestão e produção, como o SEBRAE-RN e o Sistema Nacional de Emprego (SINE-RN), concretizam-se através da realização de cursos de boas práticas de fabricação, manejo e de gestão. A idéia de se criar um *design* do produto que fosse mais atrativo para as crianças, contou com a assessoria de um nutricionista, desses cursos, que definiu o volume dos sachês de mel a ser consumidos semanalmente pelos estudantes.

Com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura-RN (FETARN), a relação se dá mais diretamente com os sócios da cooperativa através do Projeto Dom Helder Câmara, que promove ações voltadas para a organização sócio-política e da produção; para o cooperativismo e a comercialização, entre outras, visando ao desenvolvimento integrado das famílias e sua convivência no campo de maneira sustentável. No município existe outra cooperativa ligada ao sindicato dos trabalhadores rurais de Apodí, filiado à FETRAF, com a qual mantém uma relação comercial onde geralmente entram em acordo sobre o preço justo do mel a ser comercializado, com ambas cumprindo o combinado.

Efeitos da atuação da COOPAPI no local

A importância econômica da apicultura na região, já vinha influenciando na melhoria da qualidade de vida dos agricultores, notadamente, no que diz respeito à moradia (hoje já não se vê casas de taipas). Com a cooperativa, o agricultor, tendo a garantia da comercialização da sua produção a um preço justo, passa a ter uma maior estabilidade financeira, o que lhe dá segurança para programar seus gastos, adquirir bens, serviços etc.

Do ponto de vista dos fatores que condicionam, até o momento, o êxito, podemos destacar o fato de a cooperativa ter sido formada por um grupo local com experiências comunitárias (pastorais) e com um mínimo de conhecimento técnico. As experiências anteriores dos dirigentes em movimentos apoiados pela igreja católica e a “ética católica”, certamente contribuíram para a credibilidade nas ações da cooperativa em pouco espaço de tempo. Outro fator relevante foi o quadro de cooperado ter sido formado a partir das associações já existentes. Ou seja, as experiências, o conhecimento tradicional da colheita do mel de abelha e as relações de proximidade e de confiança dos diferentes grupos locais foram preservados e respeitados. Além disto, dos laços de parentesco, de amizade, alicerçado numa ética, sobre valores e práticas construídos coletivamente, certamente vêm contribuindo para o bom desempenho da cooperativa, se considerado o seu curto tempo de vida.

Com relação às finanças, a vinculação com a CONAB, através da compra antecipada da produção, foi fundamental para a consolidação da cooperativa, na formação de capital de giro necessário para o adiantamento aos cooperados. Por sua vez, esse adiantamento resultou numa credibilidade, confiança e fidelidade dos cooperados até então “desconfiados” com o cooperativismo.

Do ponto de vista dos dirigentes, há uma maior satisfação porque atualmente a cooperativa tem maior possibilidade de atender as expectativas dos cooperados, principalmente no tocante à comercialização da produção, bem como os possíveis investimentos em maquinários para aumentar a capacidade produtiva e, assim, ampliar a produção individual dos cooperados.

Uma breve conclusão

Das experiências relatadas, considera-se que os agricultores familiares, como forma de enfrentar a pobreza, têm criado formas de trabalho não assalariadas ou alternativas econômicas, escolhendo o caminho da autonomia e da cooperação. Para isto, vêm compartilhando e constituindo empreendimentos com outras famílias, principalmente associações e cooperativas, para produzirem ou comercializarem seus produtos, e assim garantirem sua sobrevivência e reprodução, mas que também se constituem em espaços de reivindicação de seus direitos como cidadão.

As organizações econômicas coletivas se configuram, portanto, numa ferramenta de desenvolvimento, na ampliação das atividades; agregação de valor ao produto; na inserção da agricultura familiar em nichos de mercados e relações de trabalho mais justas. Corroborando com Abramovay et al (2005), as formas associativas possibilitam ainda, a introdução de novas formas de ação, nova modalidade de produção, e estimulam a formação de novos mercados.

Seus principais efeitos na dinâmica territorial podem ser relacionados à forma de constituir-se numa fonte de emprego, de ingressos e de qualidade de vida para seus membros e a comunidade em geral; melhoria da autoconfiança e maior segurança para produzir; educação e formação sobre o cooperativismo e a gestão coletiva, além de estimular os filhos dos sócios para a formação acadêmica; contribuir para que, através da alta moral e otimismo de seus cooperados, a cooperativa seja referência local e exemplo para a constituição e consolidação de outras organizações, principalmente no que se refere a assessorar as atividades comerciais; estímulo à cultura local; reativação de outras atividades econômicas, como é o caso das marcenarias que passaram a fabricar os caixotes para a apicultura, bem como a dinamização do comércio local com a compra de materiais e equipamentos necessários para a produção e o beneficiamento; incentivo à participação das mulheres nas atividades artesanais melhorando suas rendas, bem como, nas atividades da cooperativa.

Referências

ABRAMOVAY, R; MAGALHÃES, R.; SCHRÖDER. 2005. **A agricultura familiar entre o setor e o território**. Relatório Final. Fundação Instituto de Pesquisa Econômica-FEA/USP. São Paulo, dez/2005.

ALBUQUERQUE, F. J. B.; MASCARENO, R. M. P.; MAIA, W. D.O. 1999. **Considerações não-ortodoxas sobre as cooperativas e o cooperativismo**. João Pessoa. Disponível em: [www.cchla.ufpb.br/propsi/drus/produção artigos/1999](http://www.cchla.ufpb.br/propsi/drus/produção_artigos/1999)
Acesso em: 25 jan. 2007.

BARRETO, A. V. B. 2003. Cultura da cooperação: subsídios para uma economia solidária. In: SOUZA, J. R; CUNHA, G. C.; DAKUZAKU, Regina Y. (Orgs.). **Uma outra economia é possível**. São Paulo: Contexto.

BRACERAS, Fidel et al. 2004. **Gestão do desenvolvimento local: experiências exitosas no Rio Grande do Norte**. Natal. IICA/Opçãograf.

CHIRIBOGA, Emanuel. **Comercialización e pequeños productores**. Quito, abr. 2007. Relatório da Fundação Internacional de Desenvolvimento Agrícola /América Latina (FIDAMERICA).

CORAGGIO, Luís José. **Del setor informal a la economia popular**. Texto apresentado no seminário Integración y desarrollo alternativo em América Latina. Lima, 26-27 fev. 1992. Disponível e: www.clacso.edu.ar . Acesso em: 12 mar. 2007.

DÍAZ, Beatriz; MARTEL, Denis; ROJAS, Juan José. **Modelos de intercooperación para las Américas**. Disponível em: www.javeriana.edu.co. Acesso em 20 de dez. 2003.

ESTIVILL, Jordi. 2006. A face não reconhecida da sociedade. O debate conceptual sobre a exclusão social na Europa e na América Latina. In: **Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social: uma abordagem transnacional**. BALSÀ, Casimiro et al (Orgs.). Ijuí: Editora Unijuí.

FRANÇA FILHO, Genauto C.; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. 2002. Secretaria de Estado da Ação Social. **A experiência do PCPR do Rio Grande do Norte**-Relatório de implementação 1997-2002. SEAS/IICA: Natal.

GUANZIROLI, Carlos et al. 2001. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond.

GUEVARA, R. D. L. 2003. **Innovacion y éxito em la gerencia cooperativa: casos exitosos de cooperativas rurales de ahorro y credito**. Colômbia: Pontifícia Universidad Javeriana. Disponível em www.javeriana.edu.co. Acesso em: 27 jun. 2004.

MASCARENHAS, Gilberto C. C. 2007. **O movimento do comércio justo e solidário no Brasil: entre a solidariedade e o mercado**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro, fev. 2007.

MATOS FILHO, João. 2002. **A descentralização das políticas de desenvolvimento rural – uma análise da experiência do Rio Grande do Norte**. Tese (Doutorado)- Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Campinas.

MELO Ana Paula G. de. 2005. **Agricultura familiar e a economia solidária: as experiências em gestão de bens comuns e inserções nos mercados por organizações rurais do estado de Minas Gerais**. Lavras. Programa de Pós-graduação em Administração. Universidade Federal de Lavras.

OLIVEIRA, Maurício R. S. de. 1996. **Racionalidade e organizações: o fenômeno das organizações substantivas**. (Tese de Doutorado) Programa de Pós-graduação da EAESP/FGV. São Paulo.

PAULILLO, Luis Fernando. 2001. Sobre o desenvolvimento da agricultura brasileira: concepções clássicas e recentes. IN: BATALHA, Mário O (Org.). **Gestão agroindustrial**. GEPAL, 2ª ED. São Paulo: Atlas.

PIRES, Maria. L. L. e S. 2004. **O cooperativismo agrícola em questão**. Recife: Massangana.

RAZETO, Luis M. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M.; GUTIÉRREZ F. **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 2001.

GOMES DA SILVA, Aldenôr. 1996. O Pólo Fruticultor Açú-Mossoró. In: **ObservaNordeste**. Disponível em: www.fundaj.gov.br . Acesso em: 05 de mar. de 2007

RUA, J. 2006. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. Campo território: **Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v.1, n. 1, p.82-106, fev.

SALAMA, P. e DESTREMAU, B. **O tamanho da pobreza: economia política da distribuição de renda.** BELUZZO, L.G. (Org.). Rio de Janeiro: Editora Gramond, 1999.

SANTOS, B. de S; RODRÍGUEZ, C. 2002. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, B de S. (Org.). **Produzir pra viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SILVA, E. Hélio e OLIVO Silvio. Crédito e financiamento para a criação de pequenos negócios no Brasil: análise institucional e proposições de mudanças. In: SIQUEIRA, Carlos A. (Org.). 1999. **Geração de emprego e renda no Brasil: experiências de sucessos.** Rio de Janeiro, DP&A.

SINGER, P. 2002. 1ª ed. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

_____, 2003. Economia solidária. In: Cattani, A.D. (Org). **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz Editor.

SORBILLE, R. N. 2000. A autogestão e o desafio da viabilidade econômica. In: PONTE Júnior, Osmar de Sá. (Org.). **Mudança no mundo do trabalho: cooperativismo e autogestão.** Fortaleza: Expressão.

SOUZA, Lincoln Moraes de. **Notas sobre experiências exitosas.** Natal, 2006.

TIRIBA, L. 2001. **Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia(s) da produção associada.** Ijuí: Editora Unijuí.

VEIGA, Sandra M.; FONSECA, Isaque. **Cooperativismo uma revolução pacífica em ação.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

VILELA, M. U.; WILKINSON, J. 2002. A confederação das Cooperativas de reforma Agrária e a inovação agroindustrial. In: WILKINSON, John; LIMA, Dalmo M. de Albuquerque (Org.). **Inovação nas tradições da agricultura familiar.** Brasília: CNPq/Paralelo.

WANDERLEY Maria de Nazaré B. (2006). Raízes históricas do campesinato brasileiro. XX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, out.

WEBER, Max. 1971. Conceitos sociológicos Fundamentais. In: _____ **Economia e sociedade.** México: Fondo de Cultura Econômico.